

POBREZA E AGRONEGÓCIO EM REGIÕES DE FRONTEIRA NO BRASIL

ou Como é fácil inventar fábulas no capitalismo

Savio Jose Dias Rodrigues¹

Eduardo Celestino Cordeiro²

RESUMO

Análise das formas de reprodução da pobreza e a expansão do agronegócio no Brasil, principalmente soja e cana-de-açúcar. A fábula se refere ao discurso criado ao redor do agronegócio de que este é o motor do crescimento brasileiro, quando, na verdade, tem sido um dos elementos de acumulação capitalista, e, dessa maneira, reprodução de pobres. A pobreza é condição para a manutenção de baixo salários nas regiões de nova fronteira, que é abastecida de mão de obra barata por um fluxo contínuo de migrantes de regiões pobres para as regiões da fronteira do agronegócio.

Palavras-Chave: Discurso. Agronegócio. Fronteiras. Pobreza.

ABSTRACT

Analysis of modes of reproduction of poverty and the expansion agribusiness in Brazil, mainly soybeans and sugar cane. The Story to the discourse created around the agribusiness that this is the engine of growth in Brazil, when in fact, has been one of elements of capital accumulation, and thus, poor reproduction. Poverty is a condition for the maintenance of low wages in the new frontier regions, which is supplied with cheap labor for a continuous flow of migrants from poor regions to the border regions of agribusiness.

Keywords: Discourse. Agribusiness. Borders. Poverty.

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). saviodiasbr@hotmail.com

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). celestinocordeiro@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Analisaremos as formas de reprodução da pobreza no campo a partir da expansão do agronegócio, trazendo o discurso contraditório da expansão deste, principalmente da cana-de-açúcar e da soja e a imbricação da pobreza no desenvolvimento destas atividades no território nacional.

Partimos do pressuposto que há uma relação entre a reprodução de espaços ricos e com alta densidade de capital e a reprodução de espaços pobres e de menor densidade de capital. Essa pressuposição no campo brasileiro passa pela reminiscência de uma série de processos na Fronteira agropecuária, desde situações com alto fluxo de capital até situações de escassez extrema de recurso.

Para o entendimento, a fronteira antiga da agropecuária é uma região de ocupação mais antiga, muitas vezes tendo sido em outro tempo-espaço, lócus da reprodução do modo de produção capitalista. A fronteira agropecuária nova é representada pela região de expansão do capitalismo no campo e o grande ícone são as atividades do agronegócio. Ela se apresenta com fluxos de capitais intensos, pois é nela que se encontra o lócus da acumulação capitalista no campo. A expansão do agronegócio perpassa pela expansão da Fronteira, assim, trataremos na primeira secção da repercussão da fronteira do agronegócio, bem como as fábulas criadas em torno de suas atividades.

2 A FRONTEIRA AGROPECUÁRIA e o *Modus encantus*

De início, é preciso refletir sobre a fronteira agropecuária e quais suas repercussões no espaço nacional. A Fronteira, a qual nós nos referimos aqui, não é limite entre espaços, na verdade ela se coloca mais como um processo ligado ao desenvolvimento/expansão do modo de produção do que uma linha limítrofe. É importante trazer o que Carlos Alberto Franco Silva (2007) expõe sobre esse conceito. Para ele, a fronteira não é um limite, mas sim um processo social. Segundo o autor, o primeiro termo se refere às fronteiras jurídicas e que normalmente são apresentadas, dessa maneira, a partir do senso comum. Por outro lado, o processo social alude à dimensão da instabilidade e da conflituosidade, da conquista e da resistência existentes nesses espaços.

A definição de fronteira para Silva (2007, p. 284) é expressa assim:

[...] a fronteira pode ser a borda de um processo social singular de integração de áreas num modelo de desenvolvimento dominante. Alguns a definem como a faixa de contato cultural e social entre áreas sob domínio da sociedade capitalista e outras sob o signo de valores e modos de produção distintos e à margem dos processos de acumulação de capital.

Na perspectiva de José de Sousa Martins (1997, p. 13), a Fronteira não é apenas uma fronteira geográfica. Ela é a fronteira de muitas e diferentes coisas, ela é a fronteira da civilização, uma fronteira espacial, a fronteira de culturas e visões de mundo, a fronteira da história e da historicidade do homem, dentre outras. Dessa forma, a Fronteira passa a representar processos em que ruptura e continuidade caminham juntas, para além de algo visual ou material.

A caracterização da Fronteira feita por Martins (1975) considera que há no processo de expansão da sociedade brasileira pela Fronteira duas frentes: a "frente pioneira" e a "frente de expansão". Para ele, a "frente de expansão" é a "economia do excedente", em que os sujeitos têm a sua dedicação voltada, principalmente, para a própria subsistência e, secundariamente, para a troca dos produtos (MARTINS, 1975, p. 45).

Apesar de haver uma singularidade em relação à fronteira econômica, a "frente de expansão" se integra na economia de mercado de duas maneiras: o primeiro é pela absorção do excedente demográfico; o segundo, pela produção de excedentes que se dão como mercadoria na economia de mercado. Nessa perspectiva, a "frente de expansão" é integrada à formação capitalista, participando de sua reprodução.

A "frente pioneira" exprime um movimento social de incorporação das novas regiões pela economia de mercado. Segundo Martins (1975) ela é expressa geograficamente pelo dualismo com a zona antiga, que se caracteriza pelo "terreno empobrecido, transformado em pastagens e mercado, devido à emigração para a zona pioneira, pela perda dos tipos humanos mais empreendedores" (MARTINS, 1975, p. 44).

A nova fronteira, ou região de incorporação do capital, traz o simbolismo do novo e do moderno. Ela traz também o encantamento da economia de mercado e da inserção nas grandes bolsas de valores. A economia de mercado se apropria desses espaços a partir do agronegócio que avança trazendo um discurso de sinônimos. Para esse discurso, o avanço do agronegócio estaria diretamente ligado a geração de empregos e ao progresso nessas regiões.

Nas regiões de nova fronteira, o agronegócio é tratado como o grande salvador do espaço nacional e como fonte do desenvolvimento brasileiro. A *grande mídia* nacional o trata como o “grande motor do país” e o seu avanço transformou e, supostamente, “fortaleceu” o país (VEJA, 2011). Ao mesmo tempo em que ela traz notícias relacionadas à criação de empregos no campo ela também associa as novas vagas criadas ao avanço do agronegócio, como no que foi noticiado em 2004 pela revista Veja, intitulada: “Brotaram empregos no campo. Longe das grandes cidades: é lá que o país consegue criar mais postos de trabalho”, era escrito assim: “O agronegócio tem desbravado rincões e criado novos pólos de desenvolvimento no Brasil” (PERES, 2004).

Não somente a grande mídia, mas também os diversos setores do agronegócio criam um aparelho ideológico próprio para repassar para a população em geral, que a expansão da moderna agricultura empresarial tem um importante papel no desenvolvimento do país. O discurso é sempre o mesmo e se utiliza dos diversos meios de comunicação. Frases como: “O Mato Grosso está virando o orgulho nacional, como o maior produtor de soja do Brasil e por estar efetivando o controle brasileiro sobre a Amazônia” (AGROBUSINESSNEWS, 2011) se tornam comuns, e cada vez mais se impregna esse ufanismo da produtividade brasileira de grãos, principalmente.

Esse discurso também traz consigo um lado mais perverso. Problemas ambientais associados a expansão da fronteira, principalmente da soja e da cana-de-açúcar, como a derrubada de florestas, notadamente na Amazônia e no Cerrado, são transferidos para as populações tradicionais, que com seus métodos não associados a modernidade e às novas técnicas, têm sido criminalizadas. Uma das notícias do site “Agronegociar”, especializado em negociações relacionadas ao agronegócio, intitula assim: “Extrativistas receberão subvenção do governo”. O site culpa os extrativistas pelo desmatamento que acontece nas áreas de florestas brasileiras, sobretudo na Amazônia. Assim ele se refere:

Com o dinheiro garantido, a população não precisa buscar atividades alternativas para garantir o sustento da família, mantendo a floresta preservada. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o Brasil tem cerca 1,5 milhão de pessoas que vivem do extrativismo. (AGRONEGOCIAR, 2011).

Para demonstrar a ineficácia do agronegócio em gerar empregos (e desmistificando seu papel como motor do desenvolvimento) Sergio Shneider analisa

os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), avaliando que em 2004 mais de 48% da população rural trabalhavam por conta própria (entenda-se, em estabelecimentos familiares) (SCHNEIDER, 2006). Se tomarmos em consideração o Censo Agropecuário de 2006, aproximadamente 84% da população rural está envolvida na agricultura familiar e apenas 15% estão na agricultura não familiar.

Apesar disso, os investimentos no modelo do agronegócio vêm aumentando a cada safra. Os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre o financiamento na agricultura, levando em consideração a agricultura empresarial e a agricultura familiar, demonstram que há um crescente aumento na aplicação de recursos. Na safra de 2009/2010 a aplicação de recursos na agricultura empresarial foi de aproximadamente 42 bilhões de reais e na safra de 2010/2011 houve uma aplicação de mais de 50 bilhões de reais. Os recursos para a agricultura familiar passaram de um pouco mais de 7 bilhões para aproximadamente 6,5 bilhões de reais, sofrendo uma queda de quase 5% em sua aplicação. Na safra de 2009/2010 a previsão era de uma aplicação de 100 bilhões de reais para a agricultura empresarial contra apenas 16 bilhões para a agricultura familiar.

O encantamento do agronegócio mascara a realidade. Seu discurso serve como suporte para os seus empresários agirem em busca de mais lucro e acumulação. O aparelho ideológico criado pelos empresários deste setor da economia se utiliza de inúmeros subterfúgios para garantir apoio popular para sua expansão. A mídia impressa, televisionada, além da criação de vários sites na rede mundial de computadores tem sido utilizada para criar uma fábula a respeito do agronegócio.

3 O DESENCANTO, A POBREZA E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO

O trabalho de Josué de Castro (2010), que avaliou as causas e conseqüências da fome no Brasil, é atualíssimo no que diz respeito aos problemas analisados por ele, se evidenciando na contemporaneidade. A fome que dizimava (e ainda dizima) no Nordeste brasileiro era para grande parte dos críticos causada pelo clima árido da região, uma perspectiva naturalista para o fenômeno. Assim, a culpa não recaía sobre nenhum setor da sociedade. Mas o que pensar, se a fome não

estava somente nas regiões mais secas do nordeste e também se encontrava na zona da mata úmida?³. Milton Santos (2010), sobre a obra de Josué, analisa assim: “Vê-se que, num caso como no outro, a explicação principal não é, pois, encontrada nas condições naturais, mas nos sistemas econômicos e sociais.” (SANTOS, 2010, p. 30).

Quando Josué de Castro (2010) escreveu que o Brasil é realmente um dos países da fome no mundo atual, ainda em 1946, fica claro que esse não foi um problema ultrapassado. No século XXI, sua comprovação é constantemente reafirmada, no Jornal do Commercio, de Pernambuco, por exemplo, que fez um percurso pela obra do geógrafo nas comemorações do seu centenário, esse retrato é mostrado assim: “[...] o monstro da fome amansou comparado ao tempo em que Josué de Castro o revelou para o mundo. Mas está longe de ser domado.” (JORNAL DO COMMERCIO, 2008).

Sobre a fome no país dos disparates, é escrito assim:

É no mesmo Brasil das safras recordes que se chora por comida. É no mesmo Brasil que louva o agronegócio das toneladas de grãos que se dói de fome. Hoje, o maior acesso à alimentação tem agora nome de batismo: Bolsa-Família. Se com ela o cenário é de penúria, sem ela seria de genocídio. O assistencialismo no País das abundâncias se enraiza por terras secas de alternativas. Homens e solo sedentos por uma reforma agrária longe de ser concretizada (JORNAL DO COMMERCIO, 2008)

Apesar do dinamismo alcançado pela economia brasileira o problema da fome e da pobreza persiste. E a causa, no jornal, é demonstrada de forma bem objetiva: “Como cúmplice de uma predadora economia global, o Brasil entra assim na roda das especulações financeiras que transformam comida em artigo da Bolsa de Valores.” (JORNAL DO COMMERCIO, 2008).

Com a atualidade do problema da pobreza no Brasil, esta passa a receber diversas denominações, desde a indigência até a pobreza extrema. Essas denominações são dadas aos indivíduos em relação a sua renda *per capita*⁴. Em relatório lançado em 2011, o Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) ligado ao programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará (UFC), intitulado “Uma caracterização da extrema pobreza no Brasil” (LEP, 2011), caracterizando como extremamente pobre a pessoa que vive com até 1/8 de um

³ Para Josué de castro (2010) a fome causada pela seca do semiárido era uma fome epidêmica e a localizada nas regiões úmidas da zona da mata era uma fome endêmica.

⁴ É considerado pobre, o indivíduo que ganhe até meio salário mínimo, indigente corresponde aquele que ganhe até um quarto de salário e extremamente pobre o que ganhe um oitavo de salário mínimo (LEP, 2011).

salário mínimo. Segundo esse relatório, aproximadamente 5,25% da população brasileira está na situação de extrema pobreza e dessa parcela da população do país aproximadamente 57,29% está na região Nordeste, que tem 10,67% de sua população caracterizada como extremamente pobre. Outra informação que o relatório traz é a concentração dessa população extremamente pobre nas áreas rurais que apesar de responder por 15% da população brasileira, concentra mais de 35% da população com renda familiar *per capita* inferior a 1/8 de salário mínimo.

Ao mesmo tempo em que se divulga o agronegócio como o protagonista do desenvolvimento brasileiro, também se discute a pobreza e a precarização do trabalho no campo. Isso se dá, pois, apesar da grande produtividade que atividades como a agricultura da soja, ou da cana-de-açúcar, os carros-chefes do agronegócio brasileiro, a natureza do agronegócio e das principais atividades que ele comporta imbricam essa massa de pobres.

Friedrich Engels (1986) já afirmava da proliferação da pobreza em meio ao seio do capitalismo industrial da época. Os "bairros de má reputação", "bairros de ladrões" já se multiplicavam no meio do "grande mundo" de Londres, centro do capital daquele período, sendo consequência do desenvolvimento capitalista, e da Revolução Industrial. Os bairros pobres e sua reprodução em condições insalubres podem ser entendidos na medida em que mantinham a população de operários fora do excedente social e ao mesmo tempo permitiam uma relação direta entre sobrevivência e a atividade fabril.

Nessa perspectiva, essa massa de pobres rurais torna-se importante para o barateamento de custos de produção nas regiões de avanço do agronegócio, já que diminuem o preço da mão de obra e permitem uma maior apropriação de mais-valia. Assim, as populações de pobres, principalmente das antigas fronteiras agropecuárias, que tem a limitação imposta por uma concentração fundiária, por pequenos lotes (que não permite a reprodução do grupo familiar), e a baixa produtividade das terras, são impelidas a um movimento migratório contínuo em busca de vagas temporárias e insalubres nas regiões do agronegócio, nas novas fronteiras. A migração se coloca como um dos elos de ligação entre as regiões de fronteira antiga, reservatórios de mão de obra para o agronegócio no Brasil, que, na busca por uma maior taxa de lucro, precarizam o trabalho, e o trabalhador pobre, em busca de sua sobrevivência só tem pode aceitar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a ideologia de que de que o agronegócio da soja e da cana-de-açúcar, principalmente, tem sido responsáveis pelo desenvolvimento brasileiro vem se espalhando. As atividades desse setor da economia seriam supostamente o motor do desenvolvimento do país. Elas gerariam emprego e renda, que seria responsável por movimentar a economia e minimizar a pobreza. Os dados desmentem tal suposição. O agronegócio tem servido, na verdade, a acumulação de renda e a manutenção da pobreza.

A permanência de uma massa pobre é importante para que o agronegócio mantenha suas taxas de acumulação. Assim, para sua própria sobrevivência, não há empenho por parte dos empresários quanto a diminuição da pobreza, como tem sido parte dos seus discursos, e que se utilizam dos diversos meios de comunicação para difundir esse empenho.

Aqui, tentamos de maneira introdutória trazer alguns elementos para a discussão dessa temática. O processo de reflexão para o aprofundamento das questões está se dando de maneira contínua na pesquisa de doutorado que se centra nesse tema.

Referências Bibliográficas

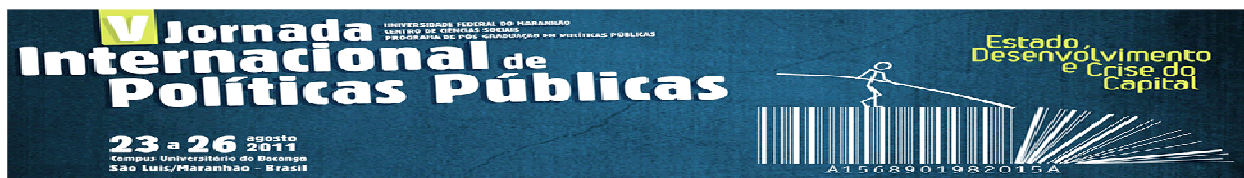
ENGELS, Friedrich. **A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. s/d: Global editora, 1986.

POCHMANN, Márcio & AMORIM, Ricardo (orgs). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SECCO, Alexandre. O Brasil da Solução... E o Brasil do Problema. In: **Veja on line**. Edição 1814, de 6 de agosto de 2003. Disponível em: http://veja.abril.com.br/060803/p_048.html. Acesso em: 22/04/2011.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste. **Parcerias Estratégicas**. Nº 22, Junho de 2006. Disponível em: http://www.cgee.org.br/prospeccao/doc_arq/prod/registro/pdf/regdoc3089.pdf. Acesso em: 24/04/2011.



LEP, Laboratório de Estudos da Pobreza. **Uma caracterização da Extrema Pobreza no Brasil**. Fortaleza: LEP/CACEN/UFC, 2011. (Relatório de Pesquisa nº 08).

ABAG. Agronegócio é Sustentabilidade. Disponível em: <http://www.abag.com.br/index.php?apq=sustenta>. Acesso em: 22/04/2011.

AGROBUSINESSNEWS. **Agronegócio**: Mato Grosso lidera a expansão da fronteira agrícola. Disponível em: <http://agribusinessnews.wordpress.com/2008/06/03/agronegocio-mato-grosso-lidera-a-expansao-da-fronteira-agricola/>. Acesso em: 22/04/2011.

JORNAL DO COMMERCIO. Caminhos da fome. Nas pegadas do profeta dos excluídos. **Jornal do Comercio**. Recife: Jornal do Comércio. 05 de Setembro de 2008 Disponível em: http://jc3.uol.com.br/jornal/2008/09/05/not_297928.php; Acesso em: 24/04/2011.

PERES, Leandra. Brotaram empregos no campo. Longe das grandes cidades: é lá que o país consegue criar mais postos de trabalho. **Veja on line**. Edição 1853, de 12 de maio de 2004. Disponível em: http://veja.abril.com.br/120504/p_052.html. Acesso em: 22/04/2011.

CONTEXTO, Veja. Uma revolução na economia: Como o avanço do agronegócio transformou e fortaleceu o Brasil. In: **Veja on line**. Em profundidade: agronegócios. Edição especial. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/agronegocios/contexto01.html>; Acesso em: 22/04/2011.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (orgs). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

SANTOS, Milton. Apresentação. In: CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Ed. 10. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Ed. 10. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.